Reunião do IBDM de 27 de março de 2019.

Não tenho dúvidas que foi a melhor reunião do Instituto que tivemos até o momento. A reunião foi dividida em dois momentos, no primeiro foram apresentadas algumas decisões administrativas como o balanço financeiro (que será enviado com detalhes para as Sociedades fundadoras – como o CBC). A nova secretária executiva, Sra. Kate, foi apresentada em substituição ao José Carlos Di Luca. Foi também apresentado o projeto de criação da identidade visual (foi discutido tudo aquilo que discutimos no DN anterior) e as mudanças no site da entidade.

Na segunda parte da reunião, os parlamentares da Frente Parlamentar da Medicina (logo na foto abaixo) que estavam em reunião ao lado, presidida pelo Dep. Hiran Gonçalves, juntaram-se a nós na reunião do IBDM.



Foi apresentada a pauta prioritária da FPM, a qual receberá a nossa dedicação nos próximos meses:

1) Retomar o debate da PEC 454/2009 que cria a carreira única de médico do Estado.

A comissão especial que analisou a matéria aprovou o parecer do Dep. Eleuses Paiva (PSD/SP) em novembro de 2013, contudo até o presente momento nunca foi à votação no Plenário. É necessário que a FPM retome essa discussão com o Governo e formule uma proposta possível de aprovação.

2) Pautar o Requerimento 702/2019.

Requerer urgência para o Projeto de Lei 6.749/2016 que altera o Decreto Lei 2848 de 07/12/1940 do Código Penal para tipificar de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, quando cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício de sua profissão.

3) Recriação e Instalação da Comissão Especial PL 7419/2006 de Planos de Saúde.

Comissão Especial destinada a emitir parecer a esse projeto de lei do Senado Federal que altera a lei 9656 de 03/07/1998, que dispões sobre planos de saúde e seguros provados de assistência a saúde e apensados.

4) Recriação da Comissão Especial da PEC 297/2016.

A proposta de emenda à Constituição acrescente o Art.98-A para determinar a especialização de varas de saúde pública no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça. No dia 31 de agosto de 2017 foi criada a Comissão Especial, contudo no final da legislatura ela deixou de existir, portanto é necessária sua recriação e instalação.

5) Encaminhamento do PL 4067/2015 (Revalida)

Retomar o debate da Comissão de Constituição e Justiça que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.

6) Encaminhamento do PL 5778/2016

Autoria: Comissão de Seguridade Social e Família que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.